



***DECOLONIZANDO A EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: PERSPECTIVAS
FEMINISTAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES***

**DECOLONIZANDO LA EDUCACIÓN EN CIENCIAS: PERSPECTIVAS
FEMINISTAS PARA LA FORMACIÓN DE DOCENTES**

**DECOLONIZING SCIENCE EDUCATION: FEMINIST PERSPECTIVES FOR
TEACHER TRAINING**

Maíra Caroline Defendi Oliveira¹

Irlan Von Linsingen²

RESUMO

Este artigo discorre sobre a utilização da literatura como ferramenta para a promoção de uma perspectiva feminista decolonial e interseccional na formação de professores de Ciências. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada num contexto de pesquisa-ação, envolvendo a participação ativa de sujeitos na construção de conhecimentos e identidades. Contextualizada em uma disciplina no curso de Licenciatura em Educação do Campo, focada em gênero, a pesquisa incluiu intervenções literárias, nas quais estudantes refletiram sobre obras Afro-Brasileiras. As análises das produções textuais resultam, especialmente, da leitura dos contos "Quantos filhos Natalina teve?" de Conceição Evaristo. A literatura é apresentada como um meio eficaz para fomentar a conscientização crítica e desafiar normas tradicionais de gênero, classe e raça, enraizadas na sociedade. Evidencia-se sua importância na desconstrução de narrativas dominantes e na promoção de uma educação que combata desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade. Interseccionalidade. Feminismo. Literatura Afro-Brasileira.

RESUMEN

Este artículo aborda el uso de la literatura como herramienta para promover una perspectiva feminista decolonial e interseccional en la formación de docentes de Ciencias. La investigación, de carácter cualitativo, se realizó en un contexto de investigación-

¹ Doutora em Educação Científica e Tecnológica. UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

² Doutor em Educação Científica e Tecnológica. UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

acción, con la participación activa de los sujetos en la construcción de conocimientos e identidades. Contextualizada en una asignatura del curso de Licenciatura en Educación del Campo, enfocada en género, la investigación incluyó intervenciones literarias, en las que los estudiantes reflexionaron sobre obras afrobrasileñas. El análisis de las producciones textuales proviene principalmente de la lectura del cuento "*¿Cuántos hijos tuvo Natalina?*" de Conceição Evaristo. La literatura se presenta como un medio eficaz para fomentar la conciencia crítica y desafiar las normas tradicionales de género, clase y raza, arraigadas en la sociedad. Se destaca su importancia en la deconstrucción de narrativas dominantes y en la promoción de una educación que combata las desigualdades sociales.

PALABRAS-CLAVE: Decolonialidad. Interseccionalidad. Feminismo. Literatura Afro-Brasileña.

ABSTRACT

This article discusses the use of literature as a tool to promote a decolonial and intersectional feminist perspective in the training of Science teachers. The qualitative research was conducted within an action-research framework, involving the active participation of subjects in the construction of knowledge and identities. Set within the context of a course in a Licentiate Degree in Rural Education program focused on gender, the study included literary interventions where students reflected on Afro-Brazilian works. The analysis of textual productions primarily stems from reading the short story "*How Many Children Did Natalina Have?*" by Conceição Evaristo. Literature is presented as an effective means to foster critical awareness and challenge traditional norms of gender, class, and race embedded in society. Its importance in deconstructing dominant narratives and promoting education that combats social inequalities is highlighted.

KEYWORDS: Decoloniality. Intersectionality. Feminism. Afro-Brazilian literature.

* * *

Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer.

Conceição Evaristo.

Introdução

As recentes mudanças políticas conservadoras na América Latina, iniciadas nos EUA com o governo Trump e no Brasil com o governo Bolsonaro, podem ser analisadas sob a perspectiva da necropolítica, conceito formulado por Achille Mbembe (2016), que se refere ao poder de determinar quais vidas são valorizadas e quais são descartáveis. Esse conceito ajuda a interpretar práticas políticas que priorizam certos grupos sociais em detrimento de outros, legitimando desigualdades estruturais e intensificando a exclusão.

Esses governos frequentemente se caracterizam pela implementação de políticas que aprofundam desigualdades sociais, raciais e econômicas, o que impacta desproporcionalmente populações vulneráveis, como mulheres e meninas negras,

indígenas, com deficiência ou LGBTQIA+, resultando em um maior desequilíbrio entre o poder da vida e da morte. Nesse contexto, “as mulheres pagam o preço mais alto, afetadas em seus corpos, trabalho e vidas” (Silvia Federici, 2017, p. 37).

A experiência de um homem branco e rico é radicalmente distinta da de uma mulher negra e pobre. A teoria da interseccionalidade ajuda a compreender como os marcadores sociais, como raça, classe e gênero, se cruzam, impactando de forma significativa a vida de indivíduos e grupos na sociedade (Patricia Hill Collins, 2000).

A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem (Gabriela M. Kyrillos, 2020, p. 1).

Essa abordagem é particularmente relevante quando consideramos o aumento alarmante nos casos de feminicídio e violência de gênero, especialmente em países da África e da América Latina. O fato de que os feminicídios se tornaram um sério problema de segurança, saúde pública e violações dos direitos humanos das mulheres não é uma coincidência, mas sim uma manifestação concreta dos desequilíbrios de poder e vulnerabilidade acentuados quando as marcações sociais da diferença são lidas como exclusões.

De fato, os feminicídios são mortes específicas de mulheres. A morte constitui-se como tema de extrema importância para o entendimento da história das condições de vida, sofrimento e existência humana nas sociedades. A violência, por sua vez, possui relação estreita com a morte, e vem caracterizando as preocupações sobre o tema na atualidade, isto devido aos novos e antigos contextos de guerra, crises econômicas, conflitos insurgentes, e das diversas formas de racismo e xenofobia incidindo no aumento expressivo das mortes violentas em alguns países no mundo capitalista, em especial na América Latina (Jackeline Ap. F. Romio, 2017, p. 21).

Lélia Gonzalez (2019) destaca que as mulheres latino-americanas enfrentam violências de gênero sistemáticas, com intersecções de raça, etnia, classe e território, desde a colonização. A violência sexual contra mulheres negras e indígenas tem sido uma ferramenta de opressão, perpetuada em conflitos armados, enquanto políticas de controle de natalidade, como esterilizações forçadas e a criminalização do aborto, resultam na morte de milhares de mulheres anualmente. Essa desumanização está ligada à exploração capitalista (Federici, 2017; Gonzales, 2019). Em 2023, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública registrou 1.463 feminicídios no Brasil, refletindo um aumento de 1,6% em

relação ao ano anterior, e um caso de estupro a cada seis minutos, com um aumento de 6% em relação a 2022 (FBSP, 2023).

Esses dados evidenciam a urgência de enfrentar e combater a violência de gênero, promovendo políticas efetivas de proteção às mulheres e buscando transformar as estruturas sociais e culturais que perpetuam essas violências.

Outro fator que merece destaque ao abordar a questão da violência contra a mulher é a questão racial. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta, as mulheres negras representam 52% das mulheres estupradas e 64% das vítimas de feminicídio (FBSP, 2023).

É crucial conectar as reflexões de Sueli Carneiro (2019) à teoria da colonialidade, que mostra como as estruturas de poder do colonialismo ainda moldam as relações sociais atuais. Carneiro destaca que as violências históricas contra mulheres negras e indígenas perpetuaram desigualdades e sustentaram narrativas enganosas, como o mito da democracia racial e da igualdade de gênero, desconsiderando suas experiências. Essa situação reflete a colonialidade do poder e do saber, onde as vozes de populações marginalizadas são silenciadas. A crítica à colonialidade é uma ferramenta importante para desconstruir essas falácias e promover justiça social, reconhecendo a complexidade das identidades e as lutas das mulheres não brancas no Brasil e na América Latina (2019).

A formação feminista é crucial para desenvolver uma educação que não apenas reconheça, mas também desafie as desigualdades de gênero. Ela capacita educadores a entenderem as dinâmicas de poder e seus impactos nas vidas dos alunos, permitindo que abordem questões de desigualdade e violência de maneira mais profunda (bell hooks, 2019). Essa formação, ao integrar uma perspectiva decolonial e interseccional, empodera os educadores como agentes de mudança, inspirando ações para transformar práticas educacionais e sociais em direção à igualdade e ao respeito.

O feminismo decolonial critica narrativas feministas que se concentram em experiências ocidentais, ignorando as especificidades de mulheres em contextos coloniais e pós-coloniais (Rute Passos; Letícia Santos; Fran Espinoza, 2020). O feminismo interseccional destaca que as experiências de opressão são interconectadas e complexas (Patricia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021). Juntas, essas abordagens criticam narrativas dominantes e oferecem uma compreensão mais profunda das opressões enfrentadas pelas mulheres. Professores com uma formação decolonial e interseccional são mais capazes de implementar práticas pedagógicas que promovem justiça social, diversidade e

inclusão, sendo fundamentais para o desenvolvimento de uma compreensão empática das desigualdades e opressões nas futuras gerações.

Este artigo visa analisar a literatura como uma ferramenta potente para promover uma perspectiva feminista decolonial e interseccional na formação de professores. O uso da literatura ajuda a questionar e desafiar normas tradicionais de gênero e raça, além de fomentar a conscientização sobre interseccionalidades e desigualdades sociais. Segundo hooks (2019), a literatura é fundamental na formação feminista, pois estimula a conscientização crítica e desafia concepções antiquadas sobre gênero que ainda prevalecem na educação de crianças e adolescentes. Assim, a literatura se revela não apenas como um meio de entretenimento, mas como um recurso valioso para a transformação social e educacional.

Feminismos Decolonial e Interseccional

A colonialidade de gênero é um conceito que emerge no cruzamento entre os estudos decoloniais e os estudos de gênero, proposto inicialmente por María Lugones (2008). Esse conceito descreve como as relações de gênero foram transformadas e hierarquizadas durante o processo de colonização, combinando a opressão colonial com as dinâmicas patriarcais europeias para impor sistemas de poder que envolvem não apenas o gênero, mas também raça e sexualidade. Dessa forma, a colonialidade de gênero perpetua desigualdades estruturais e culturais que continuam a impactar as sociedades contemporâneas, moldando ainda as relações sociais e políticas atuais.

Entre os principais pontos desse conceito, destaca-se a interseção entre gênero e raça. A colonialidade de gênero evidencia que, durante a colonização, mulheres indígenas e negras foram desumanizadas e muitas vezes classificadas fora das categorias de "mulher" estabelecidas pelo patriarcado europeu. Essas mulheres eram frequentemente associadas a características desvalorizadas, como a falta de pureza ou submissão, reforçando a desumanização dessas populações (Lugones, 2008).

Outro aspecto importante é a imposição do binarismo de gênero, um sistema rígido disseminado durante a colonização. Esse modelo desconsiderou e silenciou as cosmologias e os sistemas de gênero fluidos que existiam em muitas sociedades indígenas e africanas, impondo uma visão europeia e patriarcal do que significava ser "homem" ou "mulher" (Lugones, 2008).

A naturalização da opressão é outro ponto-chave na análise da colonialidade de gênero. As hierarquias de gênero foram racializadas, legitimando a exploração econômica e sexual das mulheres racializadas e consolidando o domínio masculino europeu como a norma universal. Esse processo não só impôs uma visão hierárquica de gênero, mas também justificou a exploração das mulheres mediante uma ideologia de subordinação (Ochy Curiel, 2014).

Finalmente, o legado colonial da colonialidade de gênero persiste nas sociedades pós-coloniais, onde as estruturas políticas, econômicas e culturais continuam a marginalizar mulheres e pessoas LGBTQIA+ racializadas. As desigualdades geradas pela colonialidade de gênero não foram superadas com a independência política, mas se perpetuam de diferentes formas, influenciando até hoje as relações de poder em nível global (Ochy Curiel, 2014).

Assim, a colonialidade de gênero continua a desempenhar um papel central na reprodução das desigualdades e na invisibilização de vozes e experiências, principalmente de mulheres e indivíduos não conformes com as normas de gênero tradicionais. Nessa mesma direção, a interseccionalidade, também aborda como as hierarquias de gênero e raça se entrelaçam, especialmente no contexto das mulheres negras (Collins, 2000).

O feminismo interseccional é uma abordagem teórica e prática que busca compreender como diferentes sistemas de opressão, como racismo, sexismo, classismo, homofobia, transfobia e capacitismo, se interconectam, gerando experiências únicas de desigualdade. O termo interseccionalidade foi formalizado pela jurista e ativista Kimberlé Crenshaw nos anos 1980, a partir de sua análise sobre as formas específicas de discriminação enfrentadas por mulheres negras. Segundo Crenshaw (1989), essas mulheres ocupam uma posição social em que as opressões de raça e gênero não podem ser analisadas separadamente, pois ambas se reforçam mutuamente.

O feminismo interseccional também desafia a noção de uma experiência universal de ser mulher. Segundo hooks (2019), ainda que antes da formalização do termo, criticava o feminismo dominante por ignorar as especificidades das mulheres racializadas e de classes mais baixas. Segundo ela, as demandas feministas focavam frequentemente nas necessidades de mulheres brancas, de classe média e heterossexuais, negligenciando as vozes de mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e outras identidades marginalizadas.

Ao propor uma análise mais ampla das desigualdades, o feminismo interseccional também guia ações políticas e sociais. Para Collins (2000), a interseccionalidade não é apenas uma teoria analítica, mas uma prática que visa transformar as estruturas sociais.

Os feminismos decolonial e interseccional convergem em diversas práticas antirracistas e antimachistas e antisexistas, pois ambos compartilham o objetivo de dismantelar estruturas de opressão que operam em diferentes níveis, como raça, gênero, classe e sexualidade. Embora partam de contextos históricos e epistemológicos distintos, as duas abordagens se complementam, oferecendo ferramentas teóricas e práticas para combater desigualdades de forma mais abrangente. Este artigo utiliza essas duas perspectivas justamente com a intenção de promover uma análise crítica das relações de poder, propondo estratégias para enfrentar as múltiplas formas de opressão que moldam as experiências sociais. A seguir, apresentamos nosso percurso metodológico, traçando os caminhos da pesquisa.

Procedimentos Metodológicos

A proposta aqui apresentada se deu no contexto de uma disciplina sobre gênero, corpo e sexualidade de um curso de Licenciatura em Educação do Campo que forma professores para a área de Ciências da Natureza e Matemática. No contexto da disciplina, realizou-se algumas intervenções literárias, pautadas na abordagem da pesquisa-ação, em que a partir de leituras e discussões em sala de obras escritas por mulheres negras, latino-americanas e africanas, as licenciandas escreveram sobre suas vivências e aprendizados.

A pesquisa-ação prevê a participação ativa dos sujeitos envolvidos, incluindo ações direcionadas para alcançar metas sociais, políticas e econômicas (Fals Borda; Rodriguez Brandão, 1987). Ela incorpora "grupos de base como 'sujeitos' ativos - que não são 'objetos' a serem explorados - da pesquisa, contribuindo com informações e interpretações em igualdade de condições com os pesquisadores" (Borda, 2013, p.243). De acordo com hooks, "os sujeitos são aqueles que têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades e nomear suas histórias" (1989, p.42). Enquanto objeto, temos nossa realidade e identidade definidas e criadas por outros (Grada Kilomba, 2019). Nesse sentido, nesta pesquisa, optamos por construir junto com os sujeitos a história que apresentamos aqui.

Nesse artigo faremos a análise das produções textuais das estudantes, a partir da leitura do conto “Quantos filhos Natalina teve? Do livro Olhos D’água de Conceição Evaristo.

As análises qualitativas, tanto do conto selecionado, quanto dos textos produzidos pelas (os) estudantes, estão pautadas nas discussões trazidas pelos feminismos interseccional e decolonial, que lutam pela valorização dos saberes ancestrais e modos de vida e experiências de mulheres negras, indígenas, pobres, LGBTQIA+ e de outros grupos marginalizados e questionam a lógica capitalista e patriarcal como herança do colonialismo.

Esses pressupostos teórico-metodológicos feministas guiaram nossas análises a partir dos entendimentos de:

(i) A interseccionalidade como ferramenta analítica de investigação e práxis crítica que considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionais e moldam-se mutuamente (Collins; Bilge, 2021, p15).

(ii) A decolonialidade como ferramenta de interpretação que compreende as questões sociais com outras perspectivas. Ou seja, considerando-se o projeto colonialista como determinante para a construção e formação de sociedades do Sul Global dentro de moldes subalternizantes. Essa visão teórica aproxima a realidade vivida de grupos específicos que enfrentam problemas estruturantes, porém suas raízes não são estudadas e enfrentadas adequadamente, ou quando estudadas, muitas abordagens são invisibilizadas. Essa invisibilização é denominada como epistemicídio ou apagamento epistêmico. A construção do sistema colonial perpassa a colonização de reconhecimento de humanidade (colonialidade do ser), da produção do saber (colonialidade do saber) e do controle político (colonialidade do poder) (Passos; Santos; Espinoza, 2020, p.151-2)

Essa articulação possibilitou a criação de um espaço dialógico e reflexivo, no qual as (os) estudantes puderam se expressar e compartilhar suas vivências, alinhando-se à proposta de uma educação emancipatória e comprometida com a transformação social. A união entre teoria e prática, sustentada pelas perspectivas interseccional e decolonial, fortaleceram a importância de escutar e valorizar as narrativas das próprias participantes no processo investigativo.

Para garantir a confidencialidade e o sigilo das pessoas participantes da pesquisa, optamos por utilizar nomes fictícios, apresentados no quadro 2.

QUADRO 1- Nomes utilizados para a identificação das pessoas participantes da pesquisa

Participantes da pesquisa	
Homens	Akin e Keshu
Mulheres	Amara, Núbia, Yandara, Janaína, Jacira

Fonte: Elaborado pelos Autores

A seguir, apresentamos as análises da pesquisa, onde discutiremos as produções textuais das estudantes à luz dos referenciais teóricos adotados.

A literatura como ferramenta interseccional e decolonial: atividades realizadas no contexto da disciplina.

Pautados na perspectiva de compreender a importância da literatura na transformação social, realizou-se, no contexto da disciplina, algumas atividades e intervenções literárias em que a partir de leituras das obras selecionadas, escritas por mulheres negras, latino-americanas e Africanas, as licenciandas escreveram sobre suas vivências e aprendizados. Nessa seção analisamos algumas dessas produções textuais, além do questionário inicial e do questionário final de avaliação da disciplina.

Uma das perguntas que fizemos às estudantes foi se elas consideravam a literatura uma ferramenta importante e eficiente para trabalhar as questões de gênero e sexualidade? A seguir, apresentamos alguns exemplos do que obtivemos como respostas, o que nos ajuda a embasar nosso argumento, sobre a importância da literatura na transformação social.

Eu gostei muito das discussões que surgiram a partir das histórias que íamos lendo, principalmente eu que sou homem, muitas daquelas dores, ou problemas não fazem parte da meu dia- a- dia, e ler sobre elas me gerou mais empatia e fiquei sensibilizado com as questões de gênero (Akin).

Esse relato nos permite refletir sobre a importância da formação feminista para mulheres e homens, que muitas vezes deixam de se sensibilizar e até lutar pelas causas feministas por mero desconhecimento ou comodismo. O fato de vivermos em uma sociedade estruturalmente machista corrobora para que homens permaneçam em situações confortáveis de opressão às mulheres, pois por mais que enquanto indivíduos possam não praticar essas ações, a estrutura machista prática e, conseqüentemente, os favorece. Ampliar essas discussões nos cursos de licenciatura, almejando que também

possam adentrar com mais frequência e profundidade a Educação Básica, é uma possibilidade de colaborar com o fortalecimento da causa e a emancipação de mulheres.

Em outro relato, a Amara apontou que:

As leituras foram fundamentais no meu entendimento, pois proporcionaram discussões de temáticas delicadas, a partir de histórias que mesmo que fictícias, fazem parte do nosso cotidiano e muitas vezes são dores que também sentimos, mas temos vergonha de expor.

Na perspectiva da estudante Amara adentrar temáticas tão delicadas relacionadas a estupro e assédio a partir de histórias “fictícias” tornou o processo menos doloroso, pois mesmo sendo parte da realidade da maioria das mulheres, essas violências machucam, envergonham e causam dor, por isso, muitas vezes optamos por silenciá-las. Ao essas temáticas surgirem por uma via alternativa, a de histórias, a forma como fomos nos acolhendo e compartilhando das histórias tornou o processo mais acolhedor e promissor na reflexão e discussão dessas questões que são tão necessárias na realidade do nosso país, frente aos crescentes casos de violências, estupros e feminicídios.

Outro ponto levantado foi sobre a importância de lermos e conhecermos a África. A estudante disse:

Gostei muito de ler sobre a África, e saber mais da cultura daqueles povos que são tão desconhecidos por nós, além disso saber sobre o poder da igreja católica no processo de cristianização dos povos latinos e Africanos e o impacto que isso tem nas questões de gênero, na monogamia e na imposição sobre as mulheres (Núbia).

Ao longo das nossas vivências escolares e acadêmicas, somos pouco ou nada incentivados a ler e conhecer sobre a África. A colonialidade do poder, saber e ser, dita as regras sobre onde, o que e quem importa. Nessa perspectiva, a maioria de nós do Sul global, passa a vida estudando, lendo e conhecendo sobre os países do Norte, como Europa e Estados Unidos.

Ter a oportunidade de ler, refletir e discutir sobre temáticas tão relevantes socialmente para nós, como as questões de classe, raça e gênero, a partir de perspectivas de mulheres negras do Sul global, permite as (aos) sujeitas (os) excluídas (os) e marginalizadas (os) compreender criticamente seu lugar na sociedade e lutar pela transformação e emancipação social.

Histórias de vida: não dá pra falar em feminismo interseccional sem ser subjetivo

Com o intuito de conhecer a história de vida das estudantes, foi proposto que a partir da leitura do conto *Quantos filhos Natalina teve?* de Conceição Evaristo (2016), as (os) estudantes escrevessem um texto em formato livre que expressasse de alguma forma sua história de vida em relação a corpo, gênero e sexualidade, pensando e refletindo sobre como esse processo se deu em casa, na rua, na escola e nas relações sociais como um todo. Além da leitura do conto de Evaristo (2016), por se tratar de um curso de Licenciatura em Educação do Campo, sugeriu-se que as licenciandas assistissem também ao documentário “Sozinhas: Violência contra mulheres que vivem no campo” uma vez que muitas das histórias contadas no documentário, poderiam vir a se aproximar da vida dessas licenciandas e licenciandos.

O conto “Quantos Filhos Natalina teve” é parte da obra *Olhos D’água* da autora brasileira Conceição Evaristo. A narrativa descreve a história de Natalina, desde sua adolescência até sua maioridade. Como o título deixa entender, Natalina tem alguns filhos ao longo de sua vida, mas, dos quatro filhos que têm, apenas o último, concebido após ser estuprada, Natalina considera só seu. O primeiro filho é fruto de sua inexperiência quando adolescente. Natalina dá a criança a uma enfermeira assim que a criança nasce: “A menina-mãe saiu leve e vazia do hospital! E era como se ela tivesse ganho uma boneca que não desejasse e cedesse o brinquedo para alguém que quisesse” (Evaristo, 2016, 45-46).

Uma das partes mais surpreendentes do conto acontece quando Natalina, já adulta, engravida de seu segundo filho do seu namorado, Tonho. Mais uma vez a personagem não quer o bebê, mas Tonho, feliz ao saber da gravidez, propõe que os dois se casem e formem uma família.

Quando acabou a falação e olhou para Tonho, o moço chorava e ria. Abraçou Natalina e repetia feliz que ia ter um filho. Que formaria uma família. Natalina ganhou preocupação nova. Ela não queria ficar com ninguém. Não queria família alguma. Não queria filho. Quando Toinzinho nasceu, ela e Tonho já haviam acertado tudo. Ela gostava dele, mas não queria ficar morando com ele. Tonho chorou muito e voltou para a terra dele, sem nunca entender a recusa de Natalina diante do que ele julgava ser o modo de uma mulher ser feliz. Uma casa, um homem, um filho... Voltou levando consigo o filho que Natalina não quis (Evaristo, 2016, p.46)

O terceiro filho de Natalina é fruto de um pedido de sua patroa para que ela “empreste” sua barriga, visto que a patroa era incapaz de conceber uma criança. E o quarto filho, o filho que Natalina quis, é aquele que Natalina concebe após ser sequestrada por engano e estuprada. Natalina se descobre grávida do estuprador e, surpreendentemente, se sente feliz. Em seu ponto de vista, ela não precisa dar satisfação a ninguém, família, companheiro ou patrões. Aquela criança era só sua.

Além da leitura do conto, visando contextualizar mais a temática ao contexto das (os) estudantes foi exibido o documentário “Sozinhas: Histórias de Mulheres que Sofrem Violência no Campo” de Angela Bastos. O documentário conta a história de algumas mulheres que vivem no campo e sofrem violência, dentre as histórias, Ade conta que:

Eu casei com o primeiro rapaz que namorei. Ele tinha 29 anos. Eu tinha 14. Uma semana depois eu completei 15 anos. Eu fui violentada por ele. Eu casei porque minha mãe me forçou. Eu não casaria com ele. Eu fui e falei pra mãe: ‘eu não gosto dele, eu não quero casar com ele, eu tenho medo dele’. E na hora que ele tava assim meio violento ele pegava o facão e vinha pra cima de mim, eu não tinha como me defender porque eu tinha medo também. Deixava ele fazer o que ele queria espancamento....surra...tudo. Até o dia que ele quebrou o meu braço e a minha costela. Daí que eu decidi ‘eu não quero mais isso pra mim’ Perdi casa, perdi tudo e deixei (Bastos, 2017, 5:00).

Outra fala marcante e dolorosa do documentário que conta é Lucimar “A mulher que mora no campo, ela tem a vida muito isolada. Se bater, se gritar, se chorar, se espernear, ninguém ouve” (Bastos, 2017, 0:56).

Encontrar-se nessas situações de violência, como as narradas por Natalina, Ada e Lucimar é muito triste e doloroso. Muitas mulheres suportam conviver com a violência por medo e vergonha. Tomar a decisão de denunciar e sair daquela situação é um passo fundamental na superação da violência de gênero, porém requer apoio, emocional, econômico e solidariedade, coisas que nem sempre essas mulheres encontram seja por parte do estado ou da sociedade que negligenciam essas situações.

Enquanto docentes de uma disciplina sobre Gênero, nos questionamos sobre qual seria o nosso papel ao abordar uma temática tão sensível como a da violência. Ao propor essa atividade, tínhamos receio que as (os) estudantes pudessem se sentir desconfortáveis com a escrita de questões pessoais e íntimas, porém assim que lemos os relatos percebemos que tínhamos criado um laço de confiança e que elas usaram aquele espaço de escrita para nos aproximar ainda mais delas. Ao escreverem sobre si mesmos, diversos discursos que tratam sobre infância, adolescência e vida adulta apareceram, inclusive,

muitos relatos extremamente pessoais, contendo histórias de abuso físico e emocional por parte de homens, pais e maridos das estudantes.

Os abusos que sofri me afetaram muito, mas somente quando estava na sexta série que realmente estourou, fiquei muito depressiva nessa época, não saía mais de casa, não tinha vontade de fazer nada, sofro com isso até hoje, tenho que sempre tomar algum medicamento para ficar com mais ânimo e para diminuir minha ansiedade. Tenho uma enorme dificuldade em confiar nas pessoas, principalmente em homens para manter um relacionamento saudável e duradouro, tenho atração por homens, mas sempre fico com o pé atrás [...] para melhorar isso só com muitos anos de terapia, e nem sei se melhorou (Yandara).

A atividade extrapolou a aula, a disciplina e sobretudo a pesquisa. Foi um espaço de desabafo para as (os) licenciandas (os), que se sentiram livres para escrever sobre momentos marcantes de suas histórias de vida. Ambientes que favorecem tais discussões, não são encontrados facilmente na escola ou na universidade, até porque muitas vezes esses espaços colaboram com o silenciamento dessas sujeitas e de assuntos da vida pessoal, em nome de uma dita “neutralidade” científica. Com isso compreendemos que nosso papel ali era o de possibilitar aquele espaço como um canal de escuta atenta, de trocas de vivência e solidariedade, fortalecimento de luta e combate contra as injustiças e desigualdades.

A seguir apresento trechos de algumas das narrativas produzidas pelas (os) estudantes. Narrativas que falam sobre a história das (os) estudantes, mas que poderiam ilustrar a história diária de milhares de mulheres no mundo todo, que são constantemente vítimas do patriarcado e de todas as violências que esse modelo carrega.

Bom, se alguém me perguntasse se já sofri algum tipo de violência responderia que não. Porém, com essa disciplina podemos abrir os olhos e ver além do que nos cerca. Ver o emocional e psicológico também. No entanto, hoje responderia a mesma pergunta dizendo sim, pois de um jeito ou outro todas nós mulheres acabamos sofrendo violência pela nossa sociedade, que estruturalmente é patriarcal (Núbia).

É inevitável falarmos com mulheres sobre abuso ou violência sexual e não nos depararmos com enxurradas de relatos dessa natureza, isso porque assim como aponta o trecho da narrativa de Núbia, todas nós, mulheres, já passamos por alguma situação que gerasse algum tipo de abuso ou violência sexual, de forma evidente ou até mesmo muito sutil, seja ela física, psicológica ou simbólica.


É inacreditável pensar que seres humanos com apenas uma genital diferente, sofram tanto dentro de uma sociedade. É absurdo e doído

pensar que há milhares de mulheres sendo torturadas, humilhadas, ilegítimadas, caladas e mortas por seres que se acham superiores (Akin).

Apesar dessa questão da violência e do assédio ser algo tão evidente na nossa sociedade, poucos são os espaços abertos para tais discussões. Tanto a escola, quanto os cursos de formação de professores, muitas vezes silenciam esses temas, ou quando abordam, partem muitas vezes de questões biológicas e fisiológicas. O corpo é tratado apenas a partir de aspectos científicos, neutros e objetivos, não cabe a subjetividade, o sentimento, o afeto e a solidariedade, necessários para falar sobre violência e assédio (Maíra Oliveira; Irlan von Linsingen, 2024).

No Brasil, a literatura indica que a história da introdução do tema da sexualidade nas escolas se caracteriza por tentativas pontuais de implementação, frequentemente frustradas, mesmo quando alinhadas ao discurso médico-higienista, focado principalmente na prevenção de doenças (Jessica Sampaio Fiorini, 2020).

Exemplos disso são como essas questões aparecem no documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver na Educação Básica. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o estudo da sexualidade é retratado apenas no 8º ano do Ensino Fundamental, com os mecanismos reprodutivos:

 (EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso. (EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção. (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (Brasil, 2018, p. 349).

É relevante destacar que, desde a primeira versão da BNCC até sua versão final, aprovada e consolidada em 2018, houve um significativo retrocesso nas propostas educacionais relacionadas à Educação Sexual. Esse processo incluiu, por exemplo, o apagamento das questões de gênero e a retomada de uma abordagem biologizante da educação sexual (Fiorini, 2020).

Antes da onda conservadora, o Brasil viveu um período de ampliação de direitos sociais e fortalecimento das liberdades individuais, especialmente durante os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse momento foi marcado pela

implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais, como o Bolsa Família, e avanços em direitos das mulheres, populações LGBTQIA+, indígenas e negras. Essa época foi celebrada como um período de inclusão e fortalecimento da democracia.

Com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o governo de Michel Temer (2016-2018) marcou o início de uma guinada conservadora. Temer reverteu ou enfraqueceu políticas progressistas, como na reforma trabalhista de 2017, que reduziu direitos dos trabalhadores, e na contenção de investimentos em áreas sociais. Esse período também viu o fortalecimento do discurso conservador no cenário político e midiático, criando terreno fértil para narrativas fundamentalistas e reacionárias.

Nos Estados Unidos, o governo de Donald Trump (2017–2021) intensificou o conservadorismo global, representando um modelo de liderança autoritária, populista e nacionalista. Trump promoveu discursos de ódio, políticas anti-imigratórias e a deslegitimação de pautas progressistas, influenciando movimentos semelhantes em outros países, especialmente na América Latina, devido à hegemonia política e cultural dos EUA na região. Esse contexto fomentou a ascensão de líderes conservadores na região, incluindo Jair Bolsonaro no Brasil.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, o Brasil viveu um período marcado pelo aprofundamento do conservadorismo e do fundamentalismo religioso. O governo atacou pautas progressistas e promoveu retrocessos em direitos ambientais, trabalhistas e das populações vulneráveis. Discursos que deslegitimavam movimentos sociais e minorias ganharam força, enquanto políticas públicas voltadas para a inclusão foram desmanteladas. Esse período consolidou o apagamento de direitos conquistados nas décadas anteriores, com a promoção de uma agenda ultraconservadora.

Dentro da perspectiva patriarcal/ capitalista, fortemente defendida pela direita conservadora, só é possível pensar a família a partir de uma constituição heterossexual, ou seja, heteropatriarcal, centrada nos desejos masculinos, na qual a mulher serve ao homem e suas necessidades (Heleieth Saffioti, 2004).

O machismo, sustentado pelo patriarcado, está intrinsecamente relacionado à exploração das mulheres em diversas esferas, como argumenta Federici (2017), ao analisar o trabalho reprodutivo, aponta que o patriarcado utiliza o trabalho doméstico e de cuidado como uma forma de exploração não remunerada, essencial para o funcionamento do capitalismo. Esse sistema reforça o papel submisso das mulheres, naturalizando a divisão sexual do trabalho e relegando-as ao espaço privado. Por sua vez,

Saffioti (2004) destaca que o machismo é uma das manifestações concretas do patriarcado, operando como uma ideologia que justifica e perpetua a violência simbólica e material contra as mulheres. Em sua perspectiva, o patriarcado é tanto um sistema de dominação quanto uma estrutura relacional que atravessa as relações interpessoais e sociais, sendo reforçado por práticas que objetificam, silenciam e controlam as mulheres. Assim, ambas autoras convergem ao demonstrar que o machismo e o patriarcado não são apenas questões culturais, mas também ferramentas de exploração econômica e de manutenção do poder.

Sobre machismo, ainda vejo vários estereótipos presentes na sociedade e família, tios que menosprezam todo o trabalho domésticos de suas esposas, ou que quando elas pedem o divórcio fazem um drama e prometem mudar, mas também as ameaçam falando que se pegarem elas com outro as matam, isso que eles mesmos já as traíram. Também ameaçam financeiramente, falando que deixará ela sem nada. (Keshu).

Em síntese, o comentário de Keshu retrata um panorama cotidiano da perpetuação do machismo, reforçando o que as teorias feministas argumentam: o patriarcado utiliza ferramentas diversas – simbólicas, econômicas e físicas – para manter as mulheres em posições de subordinação. Combatê-lo exige transformar não apenas as práticas individuais, mas também as estruturas que sustentam essas desigualdades.

A ameaça de violência física ("se pegarem elas com outro as matam") é uma manifestação extrema de controle masculino sobre a autonomia feminina, particularmente no que diz respeito à sexualidade. Os homens que matam suas esposas o fazem, muitas vezes, motivados pelo fato de serem mulheres, refletindo a histórica construção de inferioridade atribuída a elas no contexto ocidental, como apontam as teorias interseccionais e decoloniais. Essas perspectivas mostram que a opressão de gênero é agravada por outras categorias, como raça e classe, tornando a violência ainda mais evidente e frequente em determinados contextos. A hipocrisia dos homens que, apesar de cometerem traições, reivindicam o direito de punir suas esposas por qualquer indício de independência sexual expõe a lógica de posse e controle, sustentada pelo patriarcado e machismo estrutural, que frequentemente são usados para justificar a violência contra as mulheres. O feminicídio, nesse contexto, é a consequência fatal desse controle, onde o assassinato é visto como uma forma de "punição" para a mulher que ousa sair da linha imposta pelo patriarcado.

Os estereótipos de gênero são profundamente enraizados nas dinâmicas familiares e sociais (Saffioti, 2004). A seguir, o comentário de Janaína revela a persistência de

dinâmicas de desigualdade de gênero no contexto rural, onde muitas mulheres desempenham o mesmo trabalho que os homens, mas não possuem autonomia sobre os recursos financeiros gerados. Essa situação ilustra o que Saffioti (2004), identifica como uma dupla opressão: pela exploração do trabalho não reconhecido e pela subordinação ao poder masculino no espaço doméstico e econômico.

Muitas mulheres trabalham de igual para igual com os homens na lavoura e na hora de receber o marido fica com todo o lucro da venda das culturas ou do leite. Falo com certeza, que é muito difícil conseguir mudar a cabeça de uma mulher alienada ao marido, eu tento mudar minha tia com relação a isso já tem alguns anos. Ele (meu tio) sempre fica com todo o dinheiro, a única forma que ela achou de conseguir uma fonte de renda onde meu tio não interfere é vendendo queijo (Janaína).

A resistência da tia, encontrada na venda de queijos como fonte de renda independente, demonstra a busca por autonomia dentro de um sistema que a priva de direitos básicos, como a gestão de seu próprio trabalho. No entanto, o desafio maior, como Janaína aponta, está na alienação, ou seja, na internalização, por parte das mulheres, de normas patriarcais que naturalizam a submissão ao marido, dificultando mudanças. Esse fenômeno, associado ao conceito de "servidão voluntária" explorado por Silvia Federici, reflete como a ideologia patriarcal estrutura subjetividades femininas que, muitas vezes, reforçam sua própria opressão. A luta por conscientização e transformação dessas realidades exige esforços tanto individuais quanto coletivos, envolvendo diálogo, educação e o fortalecimento das redes de apoio entre mulheres.

No relato da Janaína, a experiência da sua tia ilustra como a alienação pode levar à aceitação de um papel submisso, reforçando a ideia de que as mulheres devem se conformar às expectativas dos homens, mesmo quando isso significa abrir mão de sua autonomia. A venda de queijo, como uma forma de renda independente, revela uma luta para encontrar espaço em um sistema que tenta minimizar sua contribuição.

Sobre machismo, ainda vejo vários estereótipos presentes na sociedade e família, tios que menosprezam todo o trabalho domésticos de suas esposas, ou que quando elas pedem o divórcio fazem um drama e prometem mudar, mas também as ameaçam falando que se pegarem elas com outro as matam, isso que eles mesmos já as traíram. Também ameaçam financeiramente, falando que a casa e carro vão passar para os filhos, incluindo a filha que teve com a amante, falando isso para dizer que deixará ela sem nada. Minha avó conta que meu falecido avô não dava dinheiro para que ela comprasse o básico para dentro de casa, que tinha que fazer remenda em cima de remenda nos lençóis, roupas, que em uma ocasião ele a fez passar vergonha na frente de

alguns amigos dele, quando a filha mais nova pediu um vestido que estava na promoção e ele negou falando uns absurdos. Então a partir desse dia ela falou para ele que o dinheiro do leite e do queijo ficaria com ela, pois sempre que ela precisava comprar algo para casa e para os filhos ele não dava (Jacira).

Esse relato evidencia um cenário de machismo estrutural, em que os homens exercem controle sobre as mulheres tanto em termos emocionais quanto financeiros. Esse controle é reforçado por ameaças de violência e manipulação econômica, formas insidiosas de opressão que perpetuam a dependência feminina e dificultam sua emancipação.

Silvia Federici (2017) contribui para essa análise ao argumentar que o trabalho reprodutivo — que inclui tarefas domésticas e de cuidado — é sistematicamente explorado e invisibilizado como parte do sistema capitalista e patriarcal. Ela destaca que, historicamente, especialmente durante a transição para o capitalismo, as mulheres foram relegadas ao espaço doméstico e tiveram seu trabalho naturalizado como uma extensão de sua biologia. Essa construção cultural fundamenta a exploração sistemática das mulheres, transformando o trabalho não remunerado em um pilar oculto do sistema econômico.

Dessa forma, o machismo estrutural e a lógica capitalista se entrelaçam para perpetuar a opressão, utilizando o controle emocional e financeiro como ferramentas que reforçam a desigualdade e a subordinação das mulheres.

Outro trecho que essas questões aparecem:

O que sempre senti em minha casa era relacionado ao machismo. Meu irmão, 1 ano mais novo, sempre podia fazer tudo, sair, namorar, festejar, pois era “homem”. Pra tudo tive que esperar para fazer junto com ele, comunhão, crisma, carteira de motorista. Tinha que deixar minha turma, minhas amigas de lado, para esperar pra fazer com meu irmão. Muitas vezes eu só podia sair de casa se ele fosse junto, e além de tudo isso, não podia sair de saia, roupa curta, com batom vermelho, se não ele não ia e eu não poderia ir se não fizesse as vontades dele e de meu pai (Yandara).

A experiência de Yandara destaca o controle que os homens exercem sobre as mulheres, mesmo nas esferas mais cotidianas da vida, como sair de casa e se vestir. A necessidade de sempre se alinhar com as vontades do irmão e do pai reflete um sistema de privilégios que coloca os homens em uma posição de liberdade, enquanto as mulheres são limitadas por regras não-ditas que visam proteger a "honra" da família.

As mulheres são pressionadas, desde criança a se vestirem e se portarem de um jeito específico, do jeito que a sociedade exige. E comigo não foi diferente. Na escola, me sentia uma estranha, pois sempre fui muito magra e não tinha um corpo bonitinho como da maioria das meninas da minha idade. Meus pais não tinham condições de comprar roupas da moda pra mim, então usava roupas ganhadas de parentes que não serviam mais. Hoje, ainda sofro mais pelo simples fato de ser mulher. Pois além de trabalhar todos os dias fora, é responsabilidade minha cuidar da casa, manter as roupas limpas e cuidar das roupas e deveres do meu filho. Meu marido me "ajuda" e ele acha que é um super herói por fazer isso, porém pra mim o que ele faz é pouco, precisava que ele se responsabilizasse tanto quanto eu e não apenas fizesse as coisas que eu peço quando dá tempo. Porém a sociedade diz que é dever meu fazer tudo isso (Amara).

A noção de que o marido "ajuda" reflete um entendimento comum na sociedade de que as responsabilidades domésticas são, predominantemente, um dever da mulher. Essa ideia é reforçada por normas culturais que perpetuam a ideia de que o trabalho do lar é um "favor" que as mulheres devem solicitar, em vez de um dever compartilhado.

Nessa perspectiva, o cuidado é frequentemente visto como uma "vocação natural" das mulheres, sustentada por discursos culturais e históricos que romantizam o papel feminino como cuidadoras inatas. Essa ideia não só desvaloriza o trabalho de cuidado, mas também o torna invisível, já que é tratado como algo intrínseco e, portanto, não digno de remuneração ou reconhecimento (Federicci, 2017). Esse entendimento é problemático porque reforça a desigualdade, transferindo para as mulheres o peso da tripla jornada.

Essa dinâmica frequentemente leva a um sentimento de sobrecarga nas mulheres, que muitas vezes se sentem responsáveis por todo o gerenciamento da casa e da família.

Outras questões apontadas nos textos das licenciandas (os), foram referentes a importância de se trabalhar questões sobre gênero e educação sexual, e de se ter na formação de professores momentos e disciplinas que abordem essas temáticas e preparem o professor para atuar consciente.

Somos nós mulheres que geramos a vida. Por isso é de suma importância sempre adquirirmos novos conhecimentos sobre Gênero e sexualidade, como adquirir agora no curso. Pois quando estudava no Ensino Médio, nunca nos foi dado conceito algum que nos orientasse a essa temática. Foi e é de suma importância este aprendizado, pois assim poderemos lidar com essas demandas na escola e com situações adversas relacionadas a violência de gênero e machismo (Yandara).

A disciplina permitiu a discussão crítica de temas delicados, como as violências sexuais, e refletiu sobre o papel do professor de ciências diante dessas questões. A desconstrução do machismo, patriarcado e violências de gênero, enraizados há mais de

500 anos, exige um processo transformador no qual a escola, como formadora de sujeitos, é essencial. Professores de Ciências, ao abordar corpo e sexualidade no currículo, frequentemente são os únicos a tratar essas questões. No entanto, o desafio reside em superar crenças e preconceitos, já que nem sempre se sentem preparados ou confortáveis para fazê-lo.

Considerações Finais

A falta de incentivo ao estudo e leitura sobre a América Latina e África em nossas trajetórias educacionais evidencia a influência da colonialidade do poder, saber e ser, que prioriza as nações do Norte global. Essa abordagem limita o conhecimento e perpetua uma visão eurocêntrica. A literatura desempenha um papel crucial nesse processo, pois possibilita o acesso a diferentes narrativas e perspectivas, especialmente aquelas marginalizadas pelas visões eurocênicas dominantes. Ao explorar as reflexões sobre classe, raça e gênero a partir das vozes de mulheres negras do Sul global, a literatura amplia o entendimento crítico do lugar das pessoas marginalizadas na sociedade, promovendo conscientização e empoderamento. Esse acesso é vital para desconstruir estereótipos e fortalecer a luta por uma transformação social, contribuindo para a formação de um mundo mais equitativo e inclusivo, especialmente no contexto da educação e do Ensino de Ciências.

As narrativas das (os) estudantes revelam a dor das violências que afetam a vida de inúmeras mulheres, ilustrando como o patriarcado e as desigualdades de gênero se manifestam cotidianamente. Esses relatos individuais, embora únicos, ressoam coletivamente e evidenciam a necessidade urgente de abordar essas questões no ambiente escolar.

A crítica à educação sexual atual, que muitas vezes se limita a aspectos biológicos, é central para entender as fragilidades pedagógicas. As narrativas indicam que a formação de educadores deve ir além do ensino de conteúdos “biológicos”, incluindo discussões sobre machismo, patriarcado e violência de gênero. A falta de uma formação crítica e inclusiva limita a capacidade dos docentes de abordar questões essenciais para a emancipação e formação de indivíduos conscientes e solidários.

A resistência a temas de gênero e sexualidade nas escolas, especialmente em um contexto conservador crescente, destaca a necessidade de políticas públicas que promovam uma educação integral e plural. As instituições de ensino devem ser espaços

seguros e acolhedores, onde as experiências de todas as pessoas sejam respeitadas e discutidas.

Assim, é fundamental que o Ensino de Ciências aborde questões de corpo e sexualidade de maneira a dialogar com as realidades sociais dos estudantes. Essa transformação requer um compromisso coletivo entre educadores, gestores e a sociedade, visando não apenas à educação, mas também à construção de um futuro mais justo e igualitário. A luta contra o machismo, patriarcado e a violência de gênero é um desafio contínuo, que exige ação, reflexão e solidariedade.

As vozes das (os) estudantes destacam a importância de valorizar a literatura e as narrativas de matriz africana para um entendimento mais rico do continente. Por fim, a proposta de uma educação que abra espaço para diferentes epistemologias é crucial para construir uma sociedade mais justa. O reconhecimento das múltiplas histórias e a resistência a narrativas únicas são fundamentais para combater injustiças e promover inclusão. Ao abraçarmos a diversidade de vozes e histórias, pavimentamos o caminho para uma transformação social significativa e duradoura. Nesse contexto, o feminismo decolonial e interseccional ao denunciar a imposição de normas hegemônicas sobre corpos, práticas culturais e modos de existência desempenham um papel essencial ao proporcionar uma lente crítica que expõe como as opressões de gênero, raça, classe e outras identidades interagem e se reforçam mutuamente. Essas perspectivas não apenas desconstróem as narrativas hegemônicas, mas também tornam-se mais robustas e abrangentes, capazes de dismantelar estruturas opressivas ao mesmo tempo em que constroem caminhos para a equidade, a justiça e a valorização da diversidade humana.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. The danger of a single story. TED Talk, 2009.
Disponível em:
https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story.
Acesso em: 30 nov. 2024.

ARAÚJO, E. de S. S. Becos da memória, de Conceição Evaristo: uma escrevivência da memória da mulher negra no Brasil. *Letras & Ideias*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 13–29, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271–292.

CAVALCANTE, Scheilla Graziella Cayô. Tradição e contradição no universo feminino de *Rami*, de *Niketche: uma história de poligamia*, de Paulina Chiziane. *Cadernos Cespuc*, Belo Horizonte, n. 27, 2015.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política de Empoderamento*. Nova York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. *Desmarginalizando a Interseção de Raça e Gênero: Uma Crítica Feminista Negra à Doutrina Antidiscriminação, à Teoria Feminista e à Política Antirracista*. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CUNHA, Daniela Maia; ALMEIDA, Elga Lessa de. A agenda da FAO na África: a melhor estratégia para o desenvolvimento? *Cadernos do CEAS*, Salvador/Recife, n. 245, p. 427–460, set./dez. 2018.

CURIEL, Ochy. "A colonialidade e a heteronormatividade: elementos para uma crítica desde o feminismo decolonial." In: Espinosa Miñoso, Yuderkys; Gómez Correal, Diana; Ochoa Muñoz, Karina (orgs.). *Teoria Crítica Feminista desde América Latina: um balanço de fim de século*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2014.

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca, 2014.

FALS BORDA, Orlando. Reflexões sobre la aplicación del método de estudio-acción en Colombia. In: HERRERA FARFÁN, N. A.; LÓPEZ GUZMÁN, L. (Orgs.). *Compromiso y cambio social: textos de Orlando Fals Borda*. Buenos Aires: El Colectivo Lanzas, 2013. p. 241–252.

FALS BORDA, Orlando; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Investigación participativa*. Montevideo: La Banda Oriental, 1987.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FIORINI, Jessica Sampaio. *Educação sexual na escola: currículo e práticas*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237–256.

HOOKS, bell. *O feminismo é pra todo mundo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>. Acesso em: 14 out. 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. *Arte & Ensaios*, n. 32, p. 123–151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 21 nov. 2019.

OLIVEIRA, Maíra. C. D.; LINSINGEN, Irlan Von . Feminismos ao Sul: práticas de resistência e contra hegemônicas na formação de professores de Ciências na Educação do Campo. *Vitruvian Cogitationes*. v. 5, p. 1-20, 2024.

PASSOS, Rute; SANTOS, Letícia Rocha; ESPINOZA, Fran. Direitos humanos, decolonialidade e feminismo decolonial: ferramentas teóricas para a compreensão de raça e gênero nos locais de subalternidade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 142–172, 2020.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. *Feminicídios no Brasil: uma proposta de análise com dados do setor de saúde*. 2017. 215 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 287–325.

SOZINHAS - Histórias de mulheres que sofrem violência no campo. Reportagem de Ângela Bastos. Edição de Julia Pitthan. Santa Catarina: Diário Catarinense, 2017. 7 min 41 s. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XEuJ9XT2yX8>. Acesso em: 14 out. 2024.

Recebido em outubro de 2024.

Aprovado em dezembro de 2024.